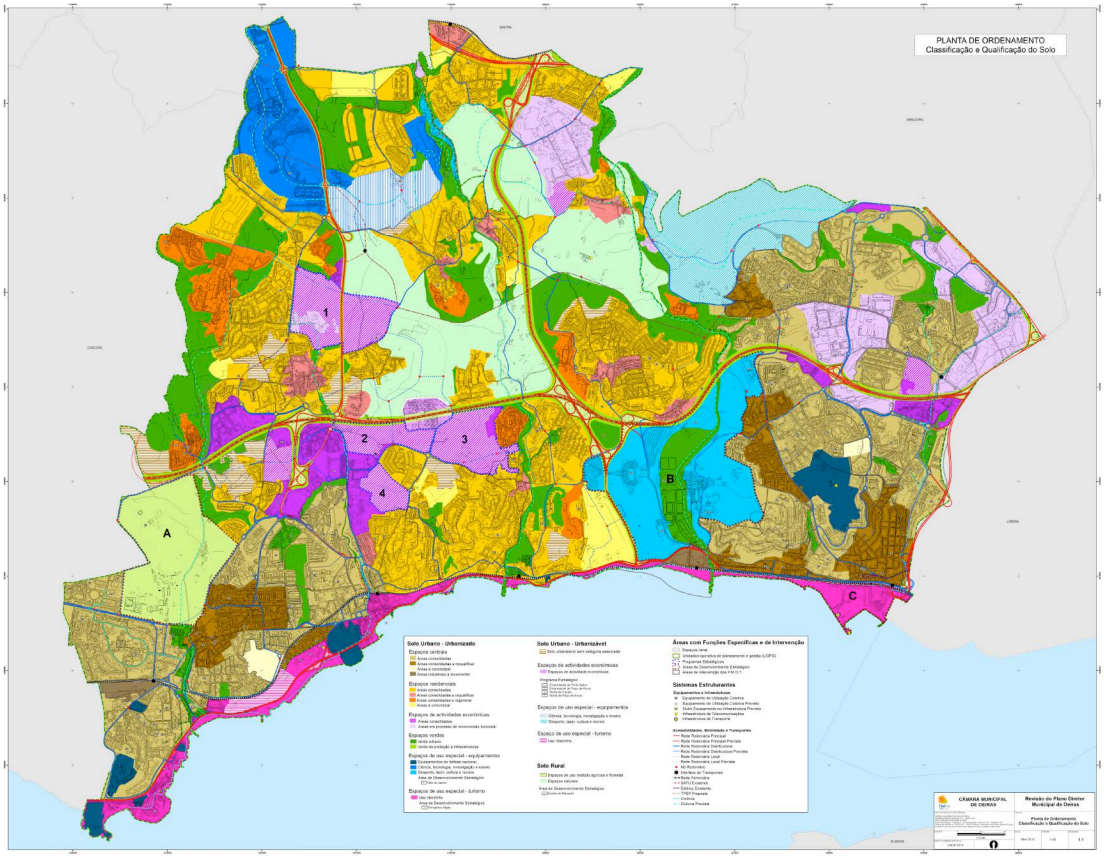

Relatório Ambiental relativo à Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM de Oeiras

Resumo Não Técnico

Maio de 2015

ÍNDICE

1 Introdução 1

2 Metodologia e Questões Estratégicas 1

3 Questões Estratégicas e Fatores Críticos de Decisão 2

4 Análise e Avaliação Estratégica 7

4.1 Estruturação Territorial 9

4.2 Sistema Biofísico e Dinâmica Ecológica 12

4.3 Riscos Naturais e Tecnológicos 14

4.4 Competitividade Territorial 16

4.5 Gestão da Mobilidade 18

4.6 Sustentabilidade e Vivências 20

5 Programa de Seguimento e Quadro para a Governança 22

6 Principais Conclusões 24

1 Introdução

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) constitui um processo de avaliação dos efeitos ambientais ao nível estratégico de Políticas, Programas ou Planos, tendo em vista assegurar a integração de aspetos ambientais, sociais e económicos na tomada de decisão.

Dez anos após a entrada em vigor do PDMO, a decisão de dar início à sua revisão assenta não apenas numa justificação legal/formal, mas afirma sobretudo que as mudanças operadas neste período de tempo, tecnológicas, societais, territoriais e culturais, justificam a necessidade de repensar o perfil de desenvolvimento para o concelho e, consequentemente, do ordenamento do território concelhio consagrado no Plano.

De acordo a proposta de revisão do PDM, assume-se que se pretende fazer de Oeiras um município integrado na perspetiva de uma **cidade sustentável (com vários núcleos)**, desta forma definindo um conjunto intervenções estratégicas: Concentração e Polinucleação; Mobilidade; Qualificação dos Espaços Públicos; Consolidação da Rede de Serviços Urbanos e Eficiência da Governação.

2 Metodologia e Questões Estratégicas

Os estudos ambientais considerados na Avaliação Estratégica efetuarão assim uma caracterização da situação ambiental, assim como dos principais efeitos ambientais derivados das propostas de desenvolvimento propostas, consubstanciada num relatório referente às características ambientais da área do Plano, principais efeitos e recomendações quanto aos aspetos ambientais a ter em consideração.

O relatório de Avaliação Ambiental (que inclui este resumo não técnico e relatório técnico) tem pois por objetivo fornecer informação fundamentada e objetiva, que permita a avaliação e integração dos aspetos ambientais com os aspetos operacionais inerentes à organização territorial do concelho de Oeiras. Igualmente pretende constituir uma fonte de informação para os agentes e partes interessadas adquirirem conhecimento sobre as possibilidades e potencialidades de desenvolvimento do território local e concelhio, dos efeitos ambientais esperados, do cenário de evolução proposto e das medidas que devem ser implementadas para a minimização dos efeitos ambientais indesejados.

Uma das bases da avaliação consiste em identificar quais são os fatores críticos da decisão (FCD). Os FCD constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável.

A Avaliação será assim feita a dois níveis, correspondentes a duas tomadas de decisão, a saber:

- Os objetivos estratégicos propostos pelo PDM contribuem para a competitividade e desenvolvimento sustentável do concelho e às questões estratégicas consideradas?
- Os objetivos e as propostas aproximam-se da situação desejável? Qual a sustentabilidade das opções incluídas no PDM e do seu esquema de gestão? A sustentabilidade assenta em avaliar o desempenho dos ambientais construídos, bem como o contributo para criar serviços e comunidades sustentáveis.

O relatório de Avaliação Ambiental Estratégica desenvolvida pela IPA - Inovação e Projetos em Ambiente, Lda. - constitui, assim, um processo de avaliação dos efeitos ambientais ao nível estratégico da revisão do PDM de Oeiras, tendo em vista assegurar a integração de aspetos ambientais, sociais e económicos na tomada de decisão e potenciar a aproximação à situação desejável.

3 Questões Estratégicas e Fatores Críticos de Decisão

De acordo com os trabalhos efetuados no quadro da revisão do PDM (CMO, 2012), assume-se que se pretende fazer do concelho de Oeiras uma **cidade sustentável**, desta forma definindo um conjunto de vetores estratégicos para a ação, com base nos seguintes eixos estratégicos:

- **Eixo Estratégico n.º 1: Concentração e Polinucleação**
- **Eixo Estratégico n.º 2: Mobilidade**
- **Eixo Estratégico n.º 3: Qualificação de Espaços Públicos**
- **Eixo Estratégico n.º 4: Consolidação da Rede de Serviços Urbanos**
- **Eixo Estratégico n.º 5: Eficiência da Governação**

A proposta de revisão do PDM inclui assim 5 (cinco) espaços territoriais (apresentados na figura 1 da página seguinte) considerados como Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) que se configuram como espaços-motor para o processo de consolidação e para a concretização do modelo territorial proposto:

- UOPG Litoral;
- UOPG Poente Sul (norte de Caxias, norte de Paço de Arcos e Zona Empresarial de Paço de Arcos);
- UOPG Poente Norte (zona empresarial de Porto Salvo);
- UOPG Norte;
- UOPG Nascente (Serra de Carnaxide).

Esses eixos estratégicos e atendendo às características e condicionantes são depois traduzidos espacialmente na proposta de ordenamento que estipula as tipologias e intervenções nos solos urbanos, rurais e nas diferentes intervenções.

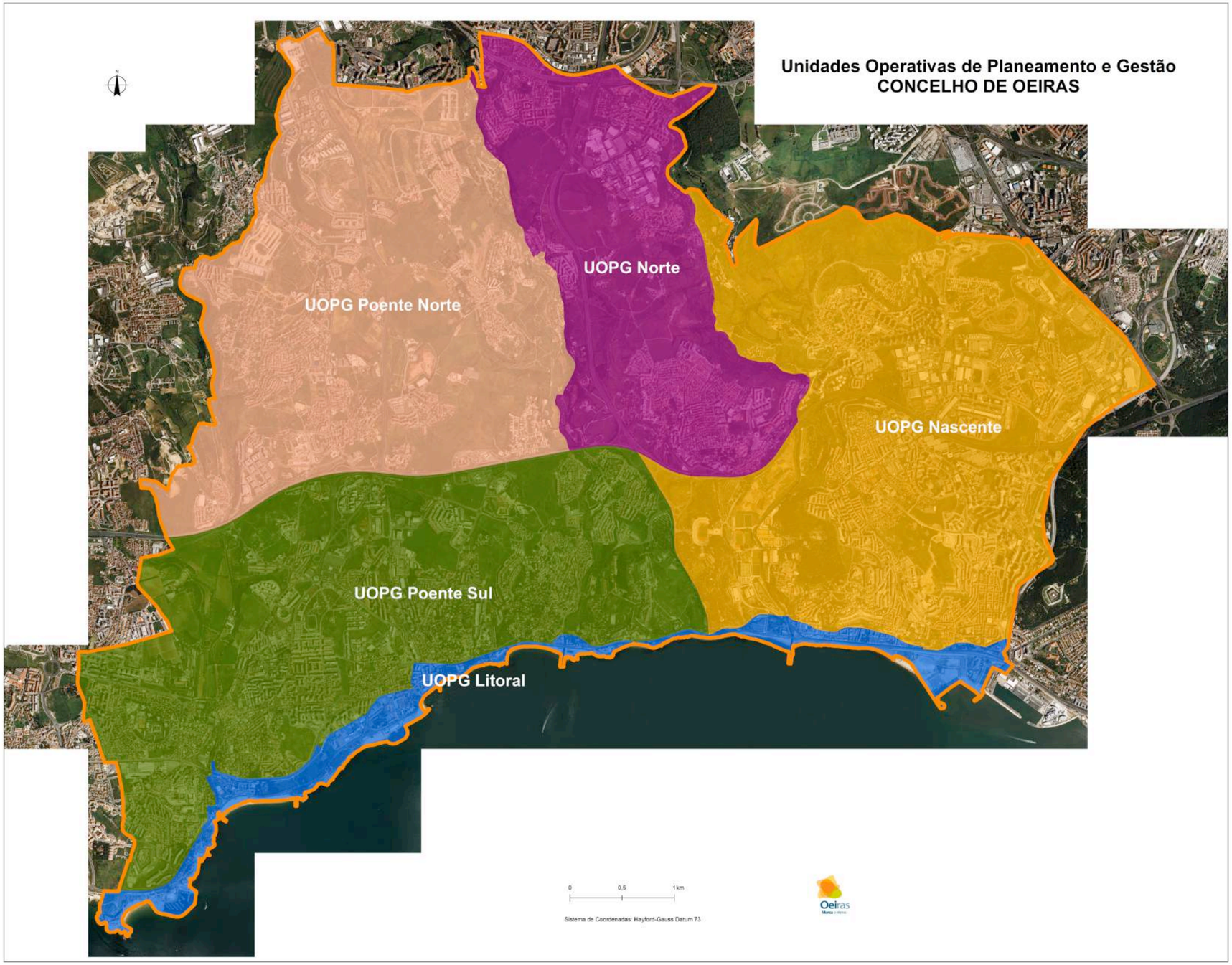

Figura 1 - Modelo Territorial (Proposta da Câmara Municipal de Oeiras de 2015)

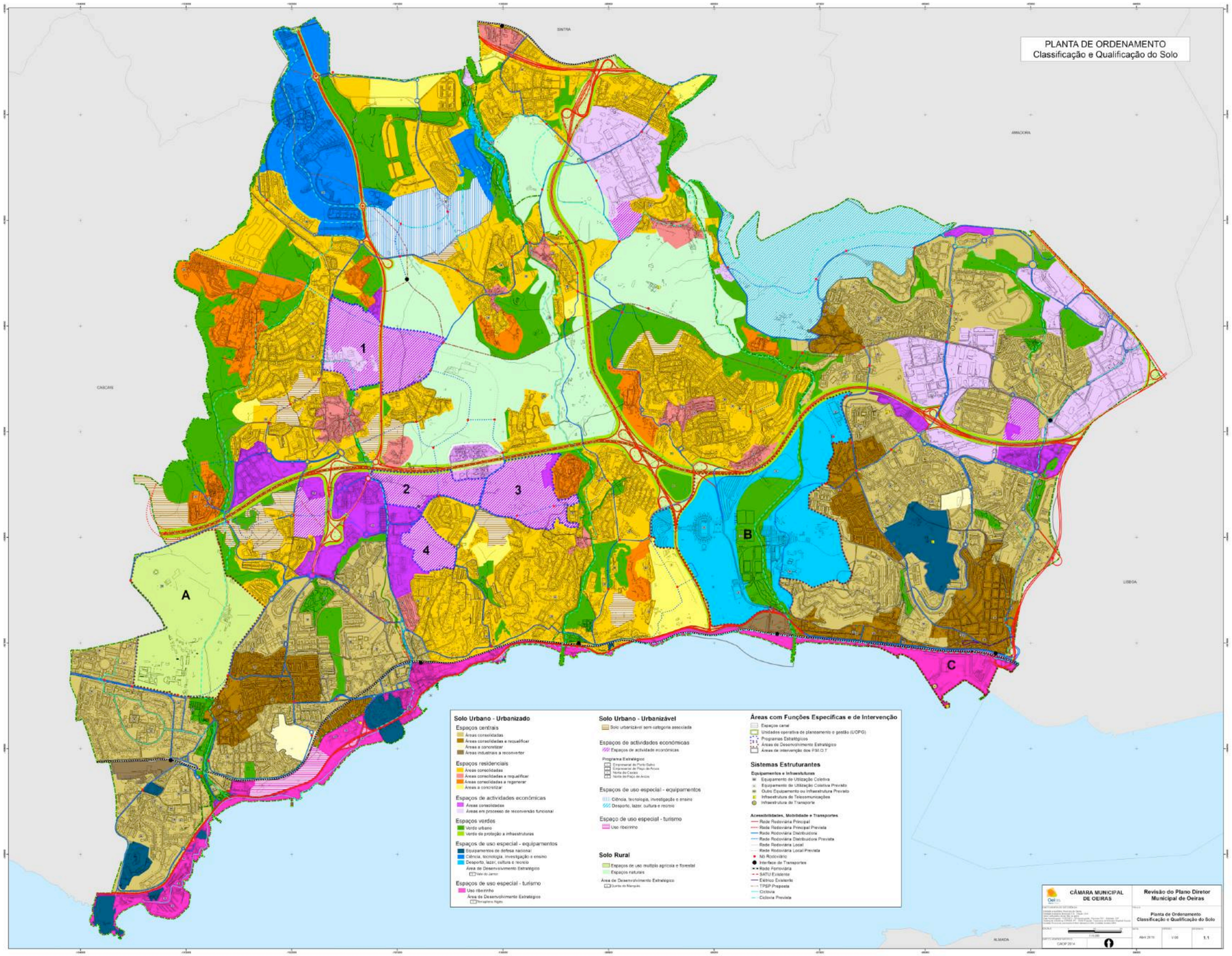

Figura 2 - Proposta de Planta de Ordenamento (Proposta da Câmara Municipal de Oeiras de 2015)

A análise desses vetores e a sua associação aos diferentes fatores ambientais (naturais, económicos e sociais) levou a que fossem considerados os seguintes Fatores Críticos de Decisão (FCD):

- **Estruturação Territorial** (FCD1), nomeadamente associados a fatores ambientais especialmente: espaços urbanos, no espaço ribeirinho, património arquitetónico, arqueológico e cultural e património paisagístico.
- **Sistema Biofísico e Dinâmica Ecológica** (FCD2), nomeadamente associados a fatores ambientais como: Solo, Recursos Hídricos, Biodiversidade Fauna e Flora; Espaços Verdes.
- **Riscos Naturais e Tecnológicos** (FCD3), nomeadamente associados a fatores ambientais e que, como a sua designação indica, se referem aos riscos naturais e riscos tecnológicos.
- **Competitividade Territorial** (FCD4), nomeadamente associados a fatores ambientais relacionados com a dinâmica económica, a capacidade de atratividade das atividades económicas e empresas e a perceção face ao posicionamento nos *media*.
- **Gestão da Mobilidade** (FCD5), nomeadamente associados a fatores ambientais da mobilidade intra e inter concelhia.
- **Sustentabilidade e vivências** (FCD6), nomeadamente associados a fatores ambientais energia e GEE, água, qualidade do ar, ruído, gestão de resíduos, saúde, população (nomeadamente em situação de exclusão), bem como ao seu reflexo integrado no desempenho na sustentabilidade e nas vivências, participação e governança.

Uma análise desses factores críticos da decisão para cada uma dos fatores ambientais permite identificar (quadro 1) quais as questões chave que se colocam para cada um que serão objecto de análise na avaliação estratégica.

Quadro 1 – Factores e questões chaves associadas

FCD	Fatores Ambientais	Questões chave
Estruturação do território	Espaços urbanos	Estruturação, revitalização dos espaços urbanos, com maior interligação entre os espaços de desenvolvimento económico e social e melhor dotação territorial de equipamentos de suporte ao desenvolvimento social
	Espaço ribeirinho	Qualificação dos espaços ribeirinhos, melhorando as condições de usufruto dos mesmos
	Património Arquitetónico, Arqueológico e Cultural	Preservação e valorização do património, arquitetónico e cultural, reforçando a identificação e sentido de pertença dos municípios com Oeiras
	Património Paisagístico	Preservação e valorização de património paisagístico
Sistema Biofísico e dinâmica ecológica	Sistema Biofísico (Solo, Recursos Hídricos, Biodiversidade Fauna e Flora)	Salvaguardar o sistema biofísico, controlando a impermeabilização dos solos, protegendo os recursos hídricos superficiais e subterrâneos e evitando a fragmentação dos habitats com interesse público
	Zonas Verdes	Aumentar a capitação de espaços verdes de utilização coletiva
Riscos naturais e tecnológicos	Riscos Naturais	Prevenir os riscos naturais associados à ocupação e impermeabilização do território
	Riscos Tecnológicos	Prevenir os riscos associados à atividade industrial e dotar estas de planos de contingência e resposta
Competitividade territorial	Atividade económica e empresas	Manter ou aumentar a atratividade do concelho para a instalação de empresas de serviços, preferencialmente do terciário superior, com aposta no sector de I&D no concelho
	Perceção através dos media	Imagem de Oeiras para as empresas e da sua qualidade de vida
Gestão da mobilidade	Mobilidade intra e inter concelhio	Aumentar a eficiência dos transportes coletivos e da utilização de meios de transporte sustentáveis; melhorar a condição de mobilidade intra concelhia e da gestão inter modal, reduzindo a pendularidade
Sustentabilidade e vivências	Energia e GEE	Melhoria da eficiência energética, aumentando a utilização de fontes de energia renovável e diminuindo as emissões de GEE
	Água	Melhoria da eficiência na gestão da água
	Qualidade do Ar	Melhorar a qualidade do ar no concelho
	Ruído	Reduzir a exposição da população a níveis excessivos de ruído
	Gestão dos Resíduos	Redução da capitação de RSU e aumento das taxas de reciclagem e de recolha seletiva
	Saúde	Promover a qualidade ao acesso à saúde por parte da população, particularmente dos grupos de risco (crianças e idosos)
	População em condições de exclusão	Criar condições de apoio às populações em situação de exclusão social
	Desempenho na sustentabilidade	Classes de desempenho do ambiente construído
		Custos no ciclo de vida
	Vivencias, Participação e Governança	Vivências potenciadas e felicidade
		Aumento do envolvimento, participação dos cidadãos e melhoria da eficiência dos serviços públicos

4 Análise e Avaliação Estratégica

O concelho de Oeiras integra-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), desempenhando nesta o papel de um centro urbano expandido e multipolar, especializado sobretudo, quer em serviços complementares à cidade de Lisboa, quer no fornecimento de mão-de-obra ao centro metropolitano.

Este papel resulta obviamente de uma tendência que veio a caracterizar a cidade de Lisboa e a sua envolvente metropolitana ao longo das últimas cinco décadas, nomeadamente no processo de expansão económica e de redução populacional da cidade de Lisboa.

Neste sentido, os concelhos da periferia acabaram por preencher, de uma forma ou de outra, o papel de localização habitacional e de alguns sectores económicos (através dos processos de combinação entre as dinâmicas da oferta do mercado imobiliário e da procura por parte dos indivíduos e das empresas, a preços claramente diferenciais entre o centro metropolitano e a sua periferia).

Oeiras registou um crescimento territorial assinalável e notório durante o período de vigência do atual PDM, datado de 1994, sendo visível o processo de crescimento e consolidação urbana, particularmente estruturado em torno dos eixos viários, nomeadamente a A5 e, em menor dimensão, a EN6.

Com efeito, verifica-se um crescimento da área construída, a qual aumentou em cerca de 72% entre os dois anos referidos. Com base num cálculo grosseiro (mas que dará eventualmente conta da evolução da situação) e que recorreu à fotografia aérea de 1997 e dados de 2012, verifica-se que a área construída era, para o primeiro ano, de aproximadamente 1.572 ha e de 2.200 ha para o segundo dos anos referenciados.

Tal crescimento dá-se sobretudo junto das novas áreas de expansão económica de Oeiras, assente na vizinhança do eixo viário constituído pela A5 e no sentido noroeste/sudoeste e nordeste, bem como na interligação entre zonas destacando-se a configuração polinuclear e de urbanidade, numa lógica de município-cidade.

O concelho de Oeiras apresenta um estatuto de solo essencialmente urbano, inerente às dinâmicas de transformação urbana que sofreu nos últimos tempos decorrente da implementação do Plano Diretor Municipal e dos fenómenos de pressão urbanística, fruto da sua contiguidade territorial à cidade de Lisboa e de modo geral do posicionamento geoestratégico que atingiu no contexto da AML. Oeiras apresenta-se assim hoje como um território com uma estrutura de ocupação que tende para a consolidação de um espaço-cidade polinucleado (figura 3).

Figura 3 - Sentido do processo de expansão territorial em Oeiras, entre 1997 e 2010

4.1 Estruturação Territorial

Relativamente à **Estruturação Territorial**, o concelho de Oeiras apresenta um solo essencialmente urbano, fruto do incremento urbano que o concelho atingiu nas últimas décadas e dos fenómenos de pressão urbanística derivados da sua contiguidade territorial à cidade de Lisboa e ao posicionamento no contexto da AML. O povoamento concentrado é assim a tipologia dominante, com uma afetação de 57% do território, com uma maior incidência espacial nos aglomerados que compõem a orla estuarina, nos que fazem fronteira com o concelho de Lisboa e no quadrante noroeste.

A avaliação do Modelo Territorial de Oeiras permite constatar que se pretendem reforçar os padrões de crescimento edificado urbano, introduzindo novas áreas de potencial expansão empresarial e habitacional, nomeadamente a nordeste e noroeste, nos centros históricos a recuperar e no quadro do reforço da componente empresarial e habitacional destas áreas. Contudo, verifica-se igualmente um esforço na consolidação do edificado existente, nomeadamente por via da requalificação dos espaços mais degradados urbanisticamente, genericamente coincidentes com os centros históricos e com os centros urbanos de localização mais antiga no concelho (Paço de Arcos, Cruz Quebrada-Dafundo, Oeiras), introduzindo nestes uma maior dinâmica urbana.

A **população residente** no concelho de Oeiras tem vindo a registar uma tendência de crescimento. Com efeito, entre 1991 e 2011 (neste caso, de acordo com os dados definitivos Censos 2011), a população do concelho registou um aumento de 151.342 habitantes para 172.120 habitantes. No geral, o concelho de Oeiras regista uma forte densidade populacional (de aproximadamente 3.540 hab./km^2). O **índice de envelhecimento** da população cifrava-se, em 2001, num valor de 106,4 para a totalidade do concelho. Dada a dinâmica territorial associada ao concelho, Oeiras tem vindo a registar um significativo aumento de **edificado** no seu território. Com efeito, em Março de 2001 existiam cerca de 15.804 edifícios no concelho de Oeiras, tendo este número aumentado cerca de 3% desde 1991.

A aplicação das Propostas dos PDM apontam para interligação territorial e a população atual, sendo o aumento e a expansão urbanas o resultado daquelas dinâmicas. A avaliação do Modelo Territorial de Oeiras permite constatar que se pretendem reforçar os padrões de crescimento edificado urbano, introduzindo novas áreas de potencial expansão empresarial e habitacional, nomeadamente a nordeste e noroeste, nos centros históricos a recuperar e no quadro do reforço da componente empresarial e habitacional destas áreas.

As previsões apontadas pelo PDM vão no sentido da manutenção global do número de residentes do concelho durante os próximos 10 a 20 anos, apenas considerando um crescimento residual associado à própria dinâmica demográfica, a qual, num cenário tendencial, considera um potencial de 179.300 habitantes no concelho em 2020, fixando os ativos não residentes potenciando, assim, novos moradores e trabalhadores em Oeiras.

Os principais efeitos dos eixos cinco estratégicos traduzem-se nas tendências evolutivas em termos de população residente, concentração empresarial e habitacional e reflexo nos edifícios (e seu estado de degradação), bem como nas áreas construídas e impermeáveis (sumarizada no quadro 2, onde se marca as tendências de aproximação ao estado desejável que se pretende atingir, bem como os que da análise se indicia estrategicamente como aspectos a ter em atenção).

Sendo por exemplo no quadro 2, verifica-se que usos mistos e de requalificação urbana contribuem para dinamizar áreas de concentração empresarial e habitacional aproximando da tendência positiva pretendida.

Sendo que a redução das áreas de expansão urbana vão contribuir para atenuar o aumento das áreas impermeáveis e construídas um aspecto também desejável do ponto de vista do PDM e Ambiental.

Por outro lado a readaptação do modelo de utilização do solo, o aproximar estrategicamente já vai depender da forma como esse modelo se efectuada e na lógica assumida de procura de sustentabilidade poderá mesmo ser equacionado como aproximando do estado pretendido.

Quadro 2 - Matriz de Avaliação do FCD Estruturação Territorial

Eixo Estratégico	Linhas de intervenção (sumária)	Áreas Impermeabilizadas e Construídas	População Residente	Edifícios degradados sujeitos a reabilitação	Áreas de concentração empresarial e habitacional
Concentração e Polinucleação	A1. Usos mistos e requalificação urbana	↗	↗	↗	↗
	A2. Espaços canal e interface	↗	↗	↗	↗
	A3. Redução das áreas de expansão urbana	↗	↗	↗	↗
	A4. Áreas de passeio, vias cicláveis e espaço público	↗	↗	↗	↗
	A5. Readaptação do modelo de utilização do solo	↙ ↗	↙ ↗	↙	↙ ↗
Mobilidade	B1. Articulação eficiente dos transportes	↗	↗	↗	↗
	B2. Reserva de canal	↗	↗	↗	↗
	B3. Promoção da mobilidade suave	↗	↗	↗	↗
	B4. Áreas para parqueamento	↗	↗	↗	↗
	B5. Aumento do transporte público	↗	↗	↗	↗
Qualificação de Espaços Públicos	C1. Aumento dos espaços públicos	↗	↗	↗	↙
	C2. Mobilidade suave na rede de espaços públicos	↗	↗	↗	↙
	C3. Distribuição dos serviços públicos	↗	↗	↗	↙
Consolidação da Rede de Serviços Urbanos	D1. Infraestruturas e redes de serviços	↗	↗	↗	↗
	D2. Otimização de infraestruturas	↗	↗	↗	↗
	D3. Gestão dos recursos naturais	↙	↙	↙	↙
Eficiência da Governação	E1. Uso eficiente da energia e da água	↙	↙	↙	↙
	E2. Integração das tendências dos mercados	↙	↙	↙	↙
	E3. Qualidade dos serviços públicos de segurança e da educação	↔	↗	↗	↗
	E4. Segurança na decisão de gestão do território	↔	↗	↗	↗

Legenda: ↗ - Tendencialmente positivo ↑ - Positivo ↙ - Tendencialmente negativo ↓ - Negativo ↔ - Sem significado

Aspeto a ter em especial consideração

4.2 Sistema Biofísico e Dinâmica Ecológica

Relativamente ao **Sistema Biofísico e Dinâmica Ecológica** Oeiras apresenta uma dinâmica positiva não se detetam fortes problemas ambientais no domínio da energia, água, resíduos, qualidade do ar e ruído.

No que se refere à existência de **espaços verdes**, a situação atual reflete melhoria face ao anterior Plano Diretor Municipal, de 1994. O crescimento urbano verificado contribuiu globalmente para a ocupação dos espaços livres, numa mancha contínua de habitações entre Lisboa e Cascais, tendo-se acentuado crescentemente a pressão imobiliária sobre os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

É objetivo estratégico da revisão do PDM neste domínio aumentar a capitação de espaços verdes de utilização coletiva, através da operacionalização dos Planos dos Corredores Verdes e do Plano Municipal de Arborização.

Refira-se a este propósito o objetivo declarado da CMO em dotar o concelho de uma estrutura arbórea significativa (176.000 árvores no território concelhio), com efeitos importantes ao nível do sequestro de carbono.

A proposta de revisão do PDM de Oeiras aponta assim para um reforço da estrutura verde e da estrutura ecológica municipal (EEM), que inclui e a Reserva Ecológica Nacional (REN) como elemento estruturante.

Potencialmente algumas das soluções de produção de energia local renovável e gestão da água (sobretudo armazenamento) numa lógica de procura de eficiente poderão efetuar a ocupação do solo se potenciar pontualmente a sua impermeabilização, embora o seu balanço global ambiental deve ser positivo.

Quadro 3 - Matriz de Avaliação do FCD Sistema Biofísico e Dinâmica Ecológica

Eixo Estratégico	Linhas de intervenção (sumária)	Áreas Impermeabilizadas e Construídas	Rede Ecológica Municipal	Capitação de espaços verdes	Elementos Paisagísticos do concelho
Concentração e Polinucleação	A1. Usos mistos e requalificação urbana	↗	↔	↗	↗
	A2. Espaços canal e interface	↗	↙	↗	↗
	A3. Redução das áreas de expansão urbana	↗	↗	↗	↗
	A4. Áreas de passeio, vias cicláveis e espaço público	↗	↙	↗	↗
	A5. Readaptação do modelo de utilização do solo	↔	↗	↗	↗
Mobilidade	B1. Articulação eficiente dos transportes	↗	↙	↗	↗
	B2. Reserva de canal	↗	↔	↗	↗
	B3. Promoção da mobilidade suave	↗	↙	↗	↗
	B4. Áreas para parqueamento	↗	↔	↗	↗
	B5. Aumento do transporte público	↗	↙	↗	↗
Qualificação de Espaços Públicos	C1. Aumento dos espaços públicos	↗	↗	↗	↗
	C2. Mobilidade suave na rede de espaços públicos	↗	↗	↗	↗
	C3. Distribuição dos serviços públicos	↗	↔	↗	↗
Consolidação da Rede de Serviços Urbanos	D1. Infraestruturas e redes de serviços	↗	↔	↗	↗
	D2. Otimização de infraestruturas	↗	↙	↗	↗
	D3. Gestão dos recursos naturais	↙	↗	↙	↙
Eficiência da Governação	E1. Uso eficiente da energia e da água	↙	↙	↙	↙
	E2. Integração das tendências dos mercados	↙	↔	↙	↙
	E3. Qualidade dos serviços públicos de segurança e da educação	↔	↔	↔	↔
	E4. Segurança na decisão de gestão do território	↔	↗	↔	↔

Legenda: ↗ - Tendencialmente positivo; ↑ - Positivo; ↙ - Tendencialmente negativo; ↓ - Negativo; ↔ - Sem significado

Aspeto a ter em especial consideração

4.3 Riscos Naturais e Tecnológicos

Relativamente aos **Riscos Naturais e Tecnológicos**, são conhecidos e identificados os riscos (existente) incluindo os associados à ocorrência pontual de cheias, nomeadamente nas freguesias de Algés e Cruz Quebrada-Dafundo, bem como os riscos de erosão litoral nas zonas costeiras do concelho, assim como os riscos tecnológicos associados a acidentes rodoviários e à ocorrência de incêndios urbanos.

Os episódios de galgamento pelas ondas, com arremesso de pedras e areia, afetam predominantemente o troço da EN6 entre Paço de Arcos e o Alto da Boa Viagem, em condições meteorológicas e hidrológicas específicas. Para o período de retorno de 100 anos, verifica-se o risco e a ocorrência de cheias em áreas pontuais da zona do litoral este do concelho.

O Modelo Territorial associado ao PDM prevê uma requalificação do litoral do concelho no sentido de um usufruto turístico sustentável. Potenciais intervenções associadas ao PDM preveem um desenvolvimento da vocação turística no litoral do concelho, nomeadamente em áreas sujeitas a fenómenos potenciais de erosão litoral, nomeadamente motivadas pelo processo de alterações climáticas.

Quadro 4 - Matriz de Avaliação do FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

Eixo Estratégico	Linhas de intervenção (sumária)	Áreas identificadas como em risco de cheias	Áreas identificadas como em risco de erosão ribeirinha
Concentração e Polinucleação	A1. Usos mistos e requalificação urbana	↙	↙
	A2. Espaços canal e interface	↔	↔
	A3. Redução das áreas de expansão urbana	↔	↔
	A4. Áreas de passeio, vias cicláveis e espaço público	↗	↗
	A5. Readaptação do modelo de utilização do solo	↓	↓
Mobilidade	B1. Articulação eficiente dos transportes	↔	↔
	B2. Reserva de canal	↔	↔
	B3. Promoção da mobilidade suave	↔	↔
	B4. Áreas para parqueamento	↔	↔
	B5. Aumento do transporte público	↔	↔
Qualificação de Espaços Públicos	C1. Aumento dos espaços públicos	↙	↙
	C2. Mobilidade suave na rede de espaços públicos	↔	↔
	C3. Distribuição dos serviços públicos	↙	↙
Consolidação da Rede de Serviços Urbanos	D1. Infraestruturas e redes de serviços	↗	↗
	D2. Otimização de infraestruturas	↗	↗
	D3. Gestão dos recursos naturais	↗	↗
Eficiência da Governação	E1. Uso eficiente da energia e da água	↗	↗
	E2. Integração das tendências dos mercados	↙	↙
	E3. Qualidade dos serviços públicos de segurança e da educação	↙	↙
	E4. Segurança na decisão de gestão do território	↗	↗

Legenda: ↗ - Tendencialmente positivo; ↑ - Positivo; ↙ - Tendencialmente negativo; ↓ - Negativo; ↔ - Sem significado; Aspeto a ter em especial consideração

4.4 Competitividade Territorial

Relativamente à **Competitividade Territorial** (atractividade para empresas e qualificação da população) Oeiras detém uma situação privilegiada em matéria de qualificação académica da população residente, tanto em termos nacionais como regionais, nomeadamente ao nível da Grande Lisboa, evidenciando-se pelo maior peso do grupo de residentes com qualificação no ensino superior, mais de 22%, e o menor peso do grupo de residentes sem qualquer grau de ensino, menos de 4%, face a concelhos como Lisboa, Porto e Coimbra.

A implantação de infraestruturas surge associada a um dinamismo empresarial que, em Oeiras regista uma taxa média anual de crescimento entre 1998 e 2004 de 3,5% no que se refere ao número de empresas (1,8% na Grande Lisboa), 3% no número de estabelecimentos (1,4% na Grande Lisboa) e 3,7% no emprego (0,7% na grande Lisboa). Oeiras surge igualmente numa posição de supremacia no que se refere à localização de grandes empresas, com 4,4% do total das 1.000 principais empresas de Portugal, que representam aproximadamente €18,7 milhões de faturação e empregam mais de 65 mil funcionários.

O objetivo pretendido pelo PDM é o de não apenas aumentar a atual taxa de crescimento empresarial (3% no ano) e correlativamente dos restantes itens associados (emprego, volume de negócios), mas igualmente melhorar o posicionamento de Oeiras no domínio da captação das maiores empresas (atualmente de 4,4%) para valores mais expressivos (5% a 7% a manterem-se as tendências de crescimento e localização empresarial). Pretende-se que esta tendência se expresse em dois níveis principais, a saber:

- Manutenção da aposta nas empresas do terciário superior e abertura de uma nova "linha" de tendência, nas indústrias ligadas ao mar, no litoral (eixo Paço de Arcos – Oeiras) e no turismo;
- Aposta territorial na diversificação dos espaços, nomeadamente pela abertura de novos territórios de localização empresarial, seja junto ao litoral pela revitalização desta área, seja na implantação dos novos espaços de potencial localização empresarial a instalar na zona nordeste do concelho.

Quadro 5 - Matriz de Avaliação do FCD Competitividade Territorial

Eixo Estratégico	Linhas de intervenção (sumária)	Qualificação da População Ativa	Sedes das 10.000 maiores empresas	Ocupação dos Parques empresariais	Taxa de crescimento empresarial
Concentração e Polinucleação	A1. Usos mistos e requalificação urbana	↗	↑	↑	↑
	A2. Espaços canal e interface	↔	↑	↑	↑
	A3. Redução das áreas de expansão urbana	↗	↗	↗	↗
	A4. Áreas de passeio, vias cicláveis e espaço público	↗	↑	↑	↑
	A5. Readaptação do modelo de utilização do solo	↑	↓	↙ ↗	↓
Mobilidade	B1. Articulação eficiente dos transportes	↙	↗	↗	↗
	B2. Reserva de canal	↔	↗	↗	↗
	B3. Promoção da mobilidade suave	↔	↗	↗	↗
	B4. Áreas para parqueamento	↔	↗	↗	↗
	B5. Aumento do transporte público	↗	↑	↑	↑
Qualificação de Espaços Públicos	C1. Aumento dos espaços públicos	↗	↑	↑	↑
	C2. Mobilidade suave na rede de espaços públicos	↗	↑	↑	↑
	C3. Distribuição dos serviços públicos	↑	↑	↑	↑
Consolidação da Rede de Serviços Urbanos	D1. Infraestruturas e redes de serviços	↑	↑	↑	↑
	D2. Otimização de infraestruturas	↑	↑	↑	↑
	D3. Gestão dos recursos naturais	↗	↙	↙	↙
Eficiência da Governação	E1. Uso eficiente da energia e da água	↗	↗	↗	↗
	E2. Integração das tendências dos mercados	↙	↗	↗	↗
	E3. Qualidade dos serviços públicos de segurança e da educação	↗	↗	↗	↗
	E4. Segurança na decisão de gestão do território	↗	↗	↗	↗

Legenda: ↗ - Tendencialmente positivo ↑ - Positivo ↙ - Tendencialmente negativo ↓ - Negativo ↔ - Sem significado

Aspeto a ter em especial consideração

4.5 Gestão da Mobilidade

Relativamente à **Gestão da Mobilidade**, quase 40% da população residente em Oeiras vive e trabalha no concelho, o que torna este um território fornecedor de mão-de-obra. No entanto, este é também um concelho captador de mão-de-obra, uma vez que cerca de 54,5% dos postos de trabalho nas empresas do concelho são preenchidos por ativos que não residem em Oeiras, mas nos restantes concelhos da AML.

Esta população realiza cerca de 218 mil viagens diárias, das quais 193,6 mil são realizadas pelos utilizadores do transporte individual e 24,7 mil viagens são realizadas pelos de utilizadores do TC. Em temos de repartição modal verifica-se, entre 1991 e 2001, uma evolução claramente favorável ao transporte individual em detrimento das deslocações em modos de transporte coletivos. Nota-se que a principal desvantagem associada ao sistema de transporte em Oeiras prende-se, não apenas com a desadequação da oferta em termos de Transportes Coletivos, mas igualmente com a pouca articulação funcional entre os diversos espaços concelhios (sul-norte).

No concelho de Oeiras, as zonas com mais atratividade para os não-residentes são as de maior concentração de atividades económicas, sobretudo terciárias, como os parques de escritórios e centros empresariais, Queluz de Baixo – zona industrial (86% das viagens realizadas por não residentes) Tagus Park (82%), Quinta da Fonte (73%), Carnaxide Industrial (59% do total) e Lagoas Park (56%). Em temos de repartição modal verifica-se, entre 1991 e 2001, uma evolução claramente favorável ao transporte individual em detrimento das deslocações em modos de transporte coletivos.

A proposta de revisão do PDM tenta contribuir para a resolução de alguns dos estrangulamentos apresentados, nomeadamente em termos da melhor adequação da rede viária e do incremento dos transportes públicos, desta forma visando melhorar a sustentabilidade do sistema de acessibilidades.

Para a proposta de hierarquia da rede rodoviária foi considerado como ponto de partida a hierarquia rodoviária adotada no PDM de Oeiras de 1994, considerando necessário refletir de um modo mais adequado, as características físicas e funcionais da rede, o que levou à opção de introduzir mais um nível hierárquico e por proceder a alguns ajustes pontuais do nível hierárquico das vias existentes ou a construir. A proposta de revisão do PDM considera que para a consolidação da rede estruturante é fundamental considerar a implementação do:

- corredor de transportes colectivos em sítio próprio no corredor de Algés – Linda-a-Velha – Miraflores – (Falagueira);
- a expansão do transporte coletivo em espaço próprio até ao Tagus Park, e à Linha de Sintra, desta forma promovendo a articulação funcional e estratégica entre as Linhas ferroviárias de Cascais e de Sintra; e,

- rede ciclável e outras soluções de mobilidade suave.

Quadro 4 – Matriz de Avaliação do FCD Gestão da Mobilidade

Eixo Estratégico	Linhas de intervenção (sumária)	Distribuição da Utilização diária de transporte	Extensão das vias do concelho	Movimentos pendulares diários	Articulação modal do sistema de transportes
Concentração e Polinucleação	A1. Usos mistos e requalificação urbana	↗	↗	↑	↑
	A2. Espaços canal e interface	↑	↙	↗	↑
	A3. Redução das áreas de expansão urbana	↑	↙	↗	↑
	A4. Áreas de passeio, vias cicláveis e espaço público	↑	↙	↗	↗
	A5. Readaptação do modelo de utilização do solo	↗	↙	↗	↗
Mobilidade	B1. Articulação eficiente dos transportes	↗	↗	↗	↑
	B2. Reserva de canal	↗	↗	↗	↗
	B3. Promoção da mobilidade suave	↗	↙	↗	↗
	B4. Áreas para parqueamento	↙	↙	↗	↙
	B5. Aumento do transporte público	↑	↗	↗	↑
Qualificação de Espaços Públicos	C1. Aumento dos espaços públicos	↗	↗	↗	↗
	C2. Mobilidade suave na rede de espaços públicos	↗	↗	↗	↗
	C3. Distribuição dos serviços públicos	↗	↗	↗	↗
Consolidação da Rede de Serviços Urbanos	D1. Infraestruturas e redes de serviços	↗	↗	↗	↗
	D2. Otimização de infraestruturas	↔	↔	↗	↔
	D3. Gestão dos recursos naturais	↔	↔	↗	↔
Eficiência da Governação	E1. Uso eficiente da energia e da água	↗	↙	↗	↗
	E2. Integração das tendências dos mercados	↙	↙	↗	↙
	E3. Qualidade dos serviços públicos de segurança e da educação	↗	↔	↗	↔
	E4. Segurança na decisão de gestão do território	↔	↔	↗	↔

Legenda: ↗ - Tendencialmente positivo | ↑ - Positivo | ↙ - Tendencialmente negativo | ↓ - Negativo | ↔ - Sem significado

Aspeto a ter em especial consideração

4.6 Sustentabilidade e Vivências

Relativamente à **Sustentabilidade e Vivências**, não se observam disfunções importantes a este nível, denotando Oeiras um bom nível de qualidade de vida global, sendo uma área de oportunidade importante de melhoria e integração. De acordo com o PAESO, a procura total de **energia** no concelho de Oeiras nos últimos 10 anos (1994–2003) cresceu 49%, acompanhando de perto a tendência nacional (+75%), com uma taxa média anual de aumento de 4,7%.

Praticamente a totalidade da população do concelho de Oeiras é servida por sistema de abastecimento de **água**, o qual abrange mais de 99% do total da população residente no concelho. Igualmente cerca de 99% da população é abrangida por sistema de tratamento de esgotos. A capitação do consumo de água era, em 2006, de 91 m^3/hab.ano. Relativamente à recolha de **resíduos**, a totalidade da população é abrangida por sistema de deposição e recolha de RSU. Regista-se que, no geral, o índice de **qualidade do ar** varia entre médio e bom.

Já relativamente ao sector do turismo, o número de hóspedes e número de dormidas tem aumentado ao longo dos anos: de 2003 a 2006 registou-se um crescimento de hóspedes e dormidas na ordem dos 64% e 61% respetivamente. Sendo um concelho com um emprego sobretudo terciário (mais de 80% dos ativos em 2001) Oeiras, em 2001, registava uma **taxa de desemprego** de 7%, com 6.157 desempregados, dos quais 1.443 em situação de procura do seu primeiro emprego e 4714 à procura de um novo emprego. Estes valores têm vindo a oscilar ao longo dos anos, sempre com tendências de redução, atingindo, em 2009 o valor de 5.112 desempregados. A proposta de revisão do PDM, assente num conjunto estruturado de programas de ação poderá permitir reforçar as tendências observadas.

É assumida a perspetiva de sustentabilidade, com critérios para os planos e criação de um fundo municipal de sustentabilidade. Inclui também postura de eficiência nos consumos de recursos, pelo que, neste particular, as opções tomadas não serão de molde a incrementar efeitos negativos de assinalar. Contudo, a potencial expansão urbana para além dos limites atualmente existentes pode criar pressão acrescida sobre os fatores de qualidade ambiental (ar, ruído, água), atualmente com bons níveis de desempenho.

No domínio socioeconómico as opções tomadas no âmbito do PDM vão no sentido de reforçar as atuais linhas de estruturação e de consolidação e se no domínio da articulação deste com a função residencial a aposta caminha no sentido de reforçar a sua interpenetração. Uma análise integrada do desempenho do município, no planeamento urbano sustentável (Amado, 2009) e na construção sustentável, como assumidas pelo LiderA (Pinheiro, 2006) revelam que as propostas do PDM caminham no sentido da procura de um bom desempenho na ótica de município e de cidade sustentável.

Quadro 7 – Matriz de Avaliação do FCD Sustentabilidade e Vivências

Eixo Estratégico	Linhas de intervenção (sumária)	Gestão da Energia	Gestão da Água	Gestão da Qualidade do Ar	Sustentabilidade
Concentração e Polinucleação	A1. Usos mistos e requalificação urbana	↗	↙	↗	↗
	A2. Espaços canal e interface	↗	↙	↗	↗
	A3. Redução das áreas de expansão urbana	↗	↙	↗	↗
	A4. Áreas de passeio, vias cicláveis e espaço público	↗	↙	↗	↗
	A5. Readaptação do modelo de utilização do solo	↗	↔	↗	↗
Mobilidade	B1. Articulação eficiente dos transportes	↗	↙	↗	↗
	B2. Reserva de canal	↗	↔	↗	↗
	B3. Promoção da mobilidade suave	↗	↔	↗	↗
	B4. Áreas para parqueamento	↗	↔	↗	↗
	B5. Aumento do transporte público	↗	↔	↗	↗
Qualificação de Espaços Públicos	C1. Aumento dos espaços públicos	↗	↗	↗	↗
	C2. Mobilidade suave na rede de espaços públicos	↗	↗	↗	↗
	C3. Distribuição dos serviços públicos	↗	↔	↗	↗
Consolidação da Rede de Serviços Urbanos	D1. Infraestruturas e redes de serviços	↗	↔	↗	↗
	D2. Otimização de infraestruturas	↗	↙	↗	↗
	D3. Gestão dos recursos naturais	↗	↗	↗	↗
Eficiência da Governação	E1. Uso eficiente da energia e da água	↗	↗	↗	↗
	E2. Integração das tendências dos mercados	↙	↔	↙	↙
	E3. Qualidade dos serviços públicos de segurança e da educação	↔	↔	↔	↔
	E4. Segurança na decisão de gestão do território	↔	↔	↔	↔

Legenda: ↗ - Tendencialmente positivo ↑ - Positivo ↙ - Tendencialmente negativo ↓ - Negativo ↔ - Sem significado

Aspeto a ter em especial consideração

5 Programa de Seguimento e Quadro para a Governança

O acompanhamento dos fatores críticos da decisão e sua quantificação pode ser efetuada através de indicadores (que complementam os indicadores do PDM) que permitem caracterizar os seus efeitos e desempenho, assim como a sua monitorização e permitir a atuação no sentido da situação desejável face a desvios.

A análise dos indicadores considerados para os FCD tem como fim não apenas a monitorização do desenvolvimento, estado de desenvolvimento e efeitos territoriais derivados do PDM, mas igualmente o estabelecimento de uma base analítica comum entre a situação inicial e análise de efeitos estratégicos a incluir no âmbito do RAE.

Desta forma, estruturou-se uma lista de indicadores **estritamente referenciável à avaliação estratégica**, embora estes sejam igualmente estruturados tendo em vista a sua potencial articulação com a estratégia de seguimento do próprio PDM.

A metodologia definida assentou em dentro de cada FCD, identificar o principal fator estratégico, nomeadamente definindo o indicador que permita identificar o objetivo estratégico pretendido no PDM, face à realidade existente.

No quadro seguinte sistematizam-se os indicadores sugeridos, pela sua capacidade de referenciar a dinâmica e pela sua relevância face aos cenários considerados e sua variância.

Quadro 8 – FCD, Fator Ambiental Relevante e Indicadores chave considerados

FCD	Factor Ambiental Relevante	Indicador Chave	Unidade	Fonte de Informação
Estruturação do Território	Espaços Urbanos	Solo urbanizável que passa a solo urbano	%	CMO
Sistema Biofísico	Interligação da componente biofísica e ecológica	Áreas impermeáveis e áreas permeáveis	hectares	CMO
Riscos Naturais e Tecnológicos	Ocorrência de fenómenos de cheias e galgamentos	Área sujeita a fenómenos de cheias e perda de área litoral	m^2	CMO
Competitividade Territorial	Atractividade Empresarial	Área ocupada por actividades económicas	m^2	CMO
Gestão da Mobilidade	Mobilidade Inter e Intra Concelhia	Distribuição da utilização diária de transporte, por tipo de transporte transversal no concelho	%	INE/CMO
Sustentabilidade e Vivências	Vivências, Participação e Governância	Indicador de Felicidade	Índice	CMO

O quadro para a governança identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do PDM de Oeiras. No relatório, e para cada FCD, são identificadas as entidades e os agentes que se consideram ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na revisão do PDM, associados aos conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial.

De entre as recomendações efetuadas destacam-se como mais importantes e como potencialmente passíveis de serem integradas na proposta de revisão do PDM, as seguintes:

Estruturação Territorial:

- Precisar os critérios de densificação urbana;
- Precisar as regras de articulação entre áreas empresariais e habitacionais;
- Complementar os critérios de sustentabilidade já propostos para os planos e regras de sustentabilidade, com uma lógica de certificação da sustentabilidade da zonas urbanas do concelho;
- Promover processos de acupunctura urbana, ou seja de intervenções limitadas e diretas às necessidades efetivas.

Sistema Biofísico e Dinâmica Ecológica

- Continuar a assegurar a interligação entre as zonas verdes e habitats.

Riscos Naturais

- Condicionar e monitorizar a implantação de novas estruturas no litoral e em área sujeitas a inundação;
- Promover a desmaterialização e desconstrução em áreas onde os riscos de cheia e de erosão litoral sejam mais críticas.

Competitividade Territorial

- Acompanhar a implantação das unidades económicas no território, fomentando a complementaridade entre as funções de localização empresarial e de localização residencial, desta forma aproximando a mão-de-obra dos locais de trabalho;
- Fomentar junto dos promotores/gestores dos parques empresariais soluções sustentáveis nos domínios da gestão da energia, água e resíduos, nomeadamente apostando na redução dos consumos e na gestão adequada (recurso a soluções renováveis no domínio da energia, reutilização de água tendo em conta os diferentes perfis de consumo, recolha seletiva adequada);
- Articular as estratégias de investimento e infraestruturação no eixo Oeiras - Paço de Arcos (nomeadamente quando junto à zona ribeirinha) no sentido de apostar no reforço das indústrias criativas e de entretenimento.

Gestão da Mobilidade

- Promover vias de forma a contribuir para a qualidade da rede de transporte público coletivo;
- Continuar a promover a realização de estudos prévios às intervenções e que acautelem devidamente os impactes dos fluxos rodoviários;
- Acautelar devidamente a vulnerabilidade aos riscos naturais derivadas da expansão das redes;
- Fomentar e desenvolver as soluções de mobilidade cruzada no concelho.

Sustentabilidade e Vivências

- Desenvolver critérios de sustentabilidade para o licenciamento de atividades no concelho;
- Incrementar, no sistema urbano, os lugares centrais, entendidas como espaços de usufruto e estabelecimento de relações de vizinhança e de identificação social, podendo desde logo potenciar as zonas de desenvolvimento de indústrias criativas;
- Adotar práticas de procura da sustentabilidade e certificação como as referenciadas pelo sistema LiderA.

6 Principais Conclusões

No quadro da AAE, definiram-se cenários de evolução e de enquadramento analítico estratégico. No âmbito do PDM e dos respetivos Estudos de Base (salientando-se, entre outros, o Estudo da Atratividade Económica) são referenciados os cenários evolutivos considerados no quadro das opções estratégicas tomadas (ou seja, um cenário da continuação da situação, designado por *business as usual*, com mais ou menos tendências pesadas).

No sentido de contrastar com a evolução da situação atual consideram-se aquilo a que se poderiam designar como cenários de *stress*, ou seja, cenários extremos ou anormais, que têm a vantagem de permitir avaliar da robustez das propostas territoriais expressas pela revisão do PDM de Oeiras. Os cenários considerados corresponderam a um cenário extremo de sucesso, a um cenário extremo de insucesso e a um cenário *business as usual*.

No caso do Cenário *Business As Usual*, os principais efeitos a merecer atenção referem-se aos riscos associados à ocupação empresarial de áreas sujeitas a riscos naturais, como área em espaço litoral associada à erosão do mesmo, bem como a potenciais efeitos sobre o sistema de acessibilidades. Com efeito, relativamente aos restantes cenários, os efeitos assentam apenas no reforço das tendências atualmente observadas e para as quais a proposta de revisão do PDM tenta precisamente dar resposta.

No caso do Cenário Extremo de Insucesso, nomeadamente devido à perda de ativos e de atratividade empresarial, verificam-se efeitos sobre a população residente (perda de efetivos) e sobre a perda de atratividade empresarial, bem como sobre o sistema de acessibilidades, o que não deixa de motivar efeitos sobre a sustentabilidade. Os efeitos de um não crescimento (ou perda de efetivos) populacional e da perda de ativos económicos e empresariais associados a este cenário não deixam de indiretamente motivar efeitos positivos sobre as acessibilidades (menos procura, mas no geral, igual oferta) e sobre a sustentabilidade, nomeadamente por via da pressão acrescida sobre a "procura" social (menos ativos, menos bens económicos disponíveis, menos emprego).

No caso do Cenário Extremo de Sucesso, especial atenção e destaque deve ser dada à questão da população residente (maior população, maior pressão sobre as infraestruturas) e correlativamente sobre o sistema territorial e sobre os recursos naturais. Com efeito, muito

embora possa ser considerado como positivo (já que neste cenário o concelho de Oeiras não deixaria de resistir e mesmo crescer num contexto global de crise económica generalizada), mais população significa ao mesmo tempo mais pressão sobre o território para edificação, mais procura acrescida de transportes e pressão sobre a estrutura existente (num contexto de desinvestimento acelerado) e significa igualmente maiores pressões sobre os consumos de recursos (água, energia), com os efeitos indiretos daí derivados.

Saliente-se que a **flexibilidade do PDM proposto permite uma importante capacidade de ajustamento a diferentes cenários**, salientando-se no entanto a importância da gestão autárquica para a minimização dos efeitos negativos e potenciação das oportunidades, nomeadamente numa **aposta na resiliência urbana como ferramenta de planeamento**.

A figura 4 abaixo sintetiza a tendência evolutiva do ponto de vista territorial e acima expressa.

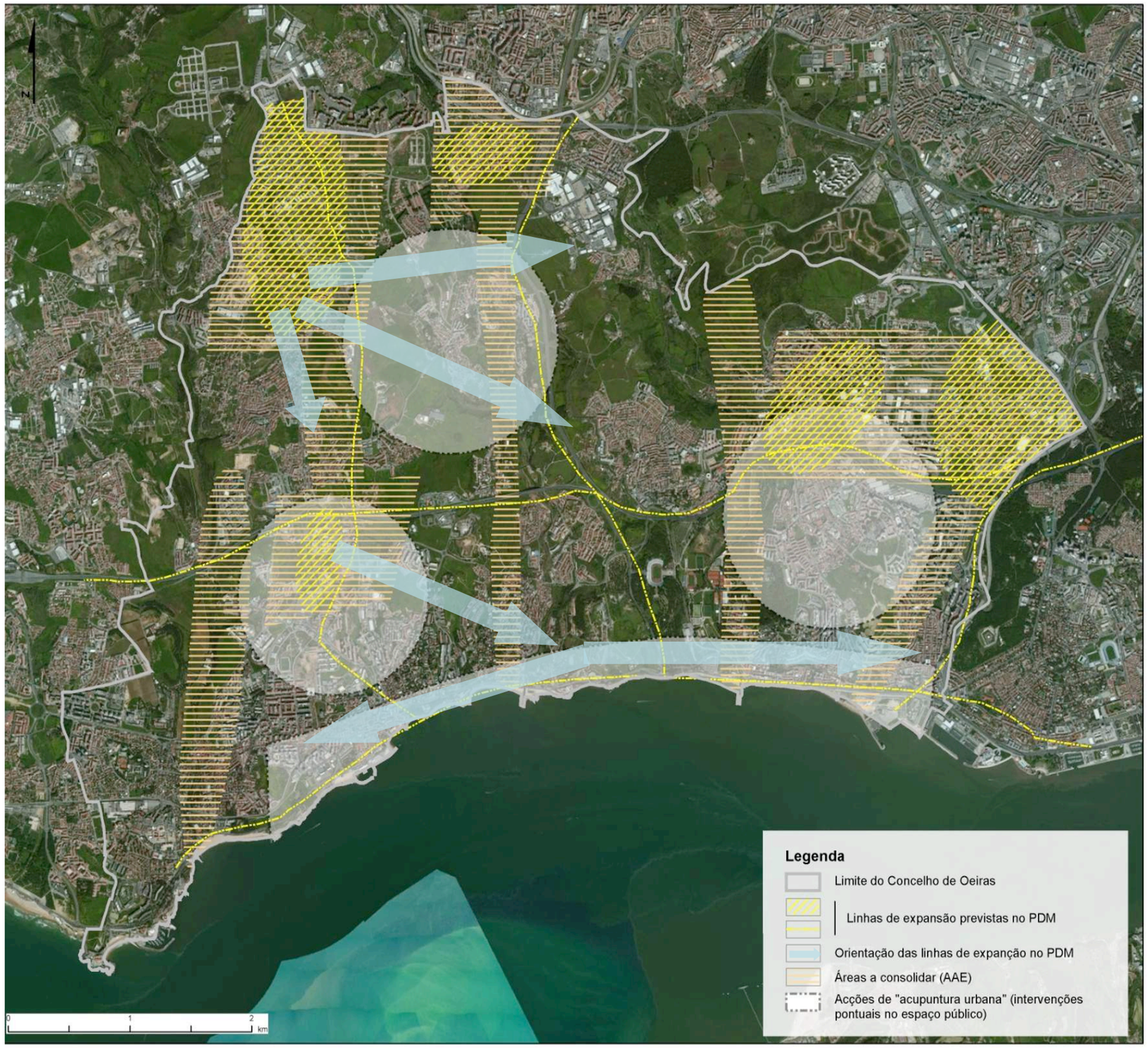

Figura 4 - Esboço Territorial da AAE (Indicativo)

Em síntese a avaliação ambiental estratégica revela uma proposta de Plano Director Municipal de Oeiras, flexível com capacidade de ajustamento e procurando uma abordagem integrada e de procura de um cenário desejável de melhor capacidade de suporte às empresas, mobilidade e qualidade de vida dos munícipes e integrando critérios de sustentabilidade.

Essa flexibilidade do PDM de Oeiras potencia as oportunidades e dá importância estrutural à forma de aplicação e gestão urbana, trazendo novas dimensões de potencialidades, bem como riscos. Sugerindo-se assim que se promova e **adote práticas de sustentabilidade nesta gestão urbana** (Recomendação estratégica 1, isto é **R1**) como forma de assegurar que se caminha para o estado desejável.

A mobilidade, especialmente cruzada, tal **como proposta no PDM (R2)**, deve ser desenvolvida através de soluções que passam pela **criação de infra-estruturas para mobilidade assente em transportes colectivos, na mobilidade suave e na gestão optimizada**. Para tal a **interligação e parcerias entre os municípios na envolvente**, iniciando-se no caso da mobilidade cruzada com o Município de Sintra deve ser adicionalmente potenciada, bem como para a mobilidade no geral, com Cascais e Lisboa.

A criação de uma cidade sustentável e polinucleada é um desafio e uma tendência natural desejável para Oeiras, na linha da sua dinâmica de consolidação. No entanto para ser efectuado de forma eficaz e eficiente, poderá haver um conjunto de oportunidades de intervenções localizadas com reflexo importante (numa lógica de acupunctura) que se recomenda que importar aferir a sua possibilidade:

- Intervenções de **regeneração urbana à escala dos bairros** numa aposta **integrada** de procura de ganhos de eficiência na **energia** e na procura de **construção sustentável** (R3) adotando referenciais como por exemplo o Sistema LiderA;
- Considerar a possibilidade de **criação de espaços centrais** nos núcleos urbanos desde logo nas **zonas** em que se dinamiza a intervenção para as **indústrias criativas** (R4);
- **Continuar a interligação de habitats** e zonas integrando as soluções para **fechar do ciclo da água à escala da bacia local**, isto é gerir as águas locais e tratar efluentes para reaproveitamento na rega, lavagens de ruas, bem como recarga de aquíferos (R5);
- Na **linha do proposto** no PDM potenciar o **desenvolvimento das empresas na interligação à estrutura universitária e de I&DT** (R6);
- Do ponto de vista humano e social, considerar a possibilidade de assumir em cada zona urbana **a procura integrada de comunidades sustentáveis potenciando a relações entre a comunidade e uso do espaço público** (R7). A identificação dos pontos críticos e soluções, bem como a continuação da potenciação dos equipamentos e espaços de contacto e vocacionados para interligar as pessoas, bem

como o fomento de uso de meios de comunicação não tradicionais e actividades que promovam a vivência (desde logo por grupos de interesse – crianças, jovens, casais com e sem filhos, pessoas de meia idade, idosos). O envolvimento em "trabalho" comunitário, de apoio intra e inter grupos de interesse pode potenciar essa procura de vivências em comunidade e contribuir para a coesão de Oeiras.

Os principais aspectos a aprofundar decorrem da quantificação sempre que possível dos indicadores dos factores ambientais, questões chaves, factores críticos e efeitos e medidas a adoptar.

A avaliação efetuada revela riscos e oportunidades criadas pelas propostas de revisão do PDM sendo na sua globalidade uma abordagem muito positiva que contribuí para a procura de desenvolvimento do município de Oeiras forma equilibrada para os seus residentes, trabalhadores e visitantes.